



Observatório da Oposição

2025

30 DE JUNHO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 93

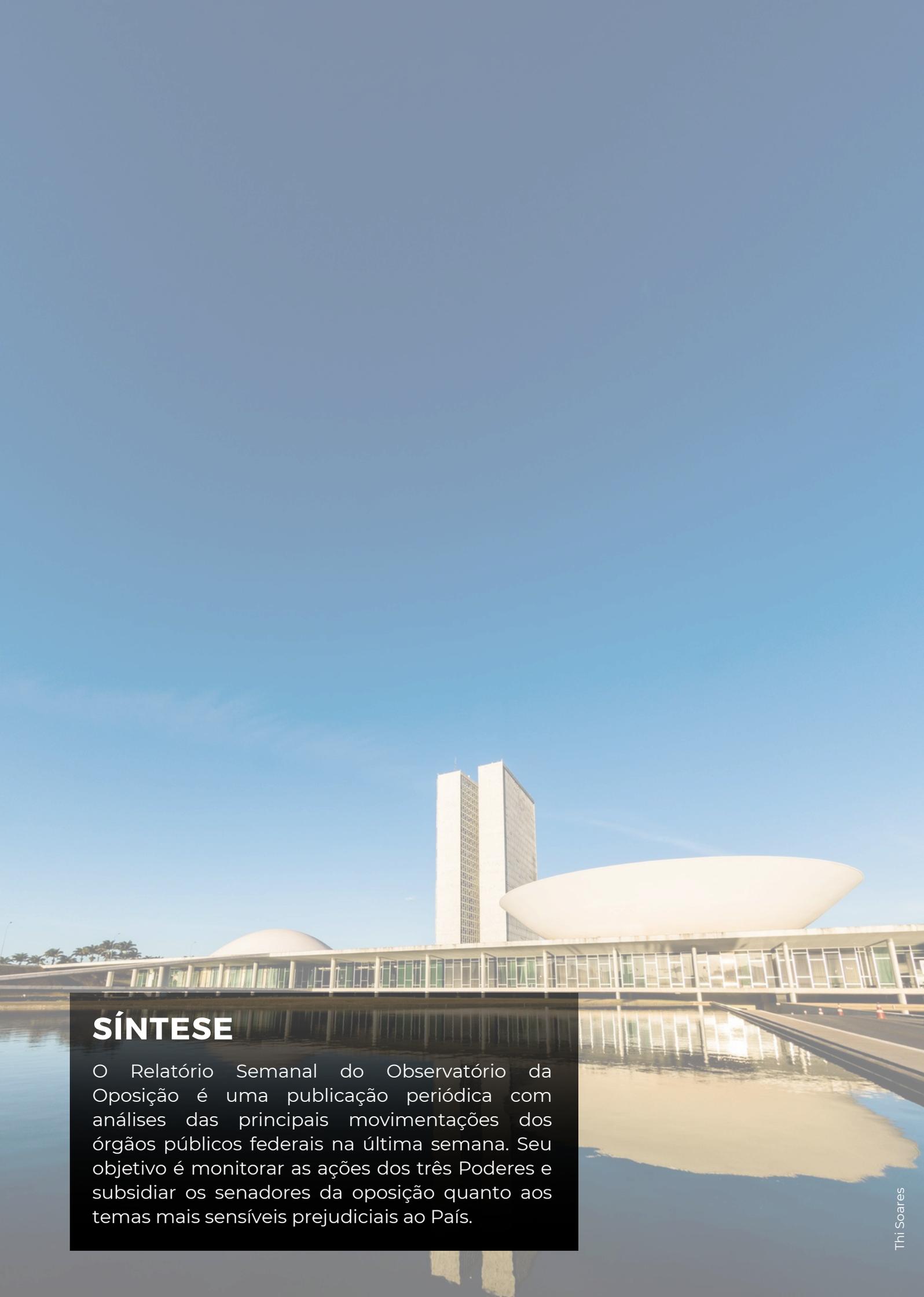


**SHOW DE
AUMENTO
DE IMPOSTOS**

**Congresso reage em
nome do povo: Contra a
gambiarra tributária**

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

Página

Congresso reage em nome do povo: Contra a gambiarra tributária 01

Rede Minerva: vigilantismo, desinformação e desvio de finalidade 04

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Concentração de recursos e vínculos políticos no Programa Cisternas 11

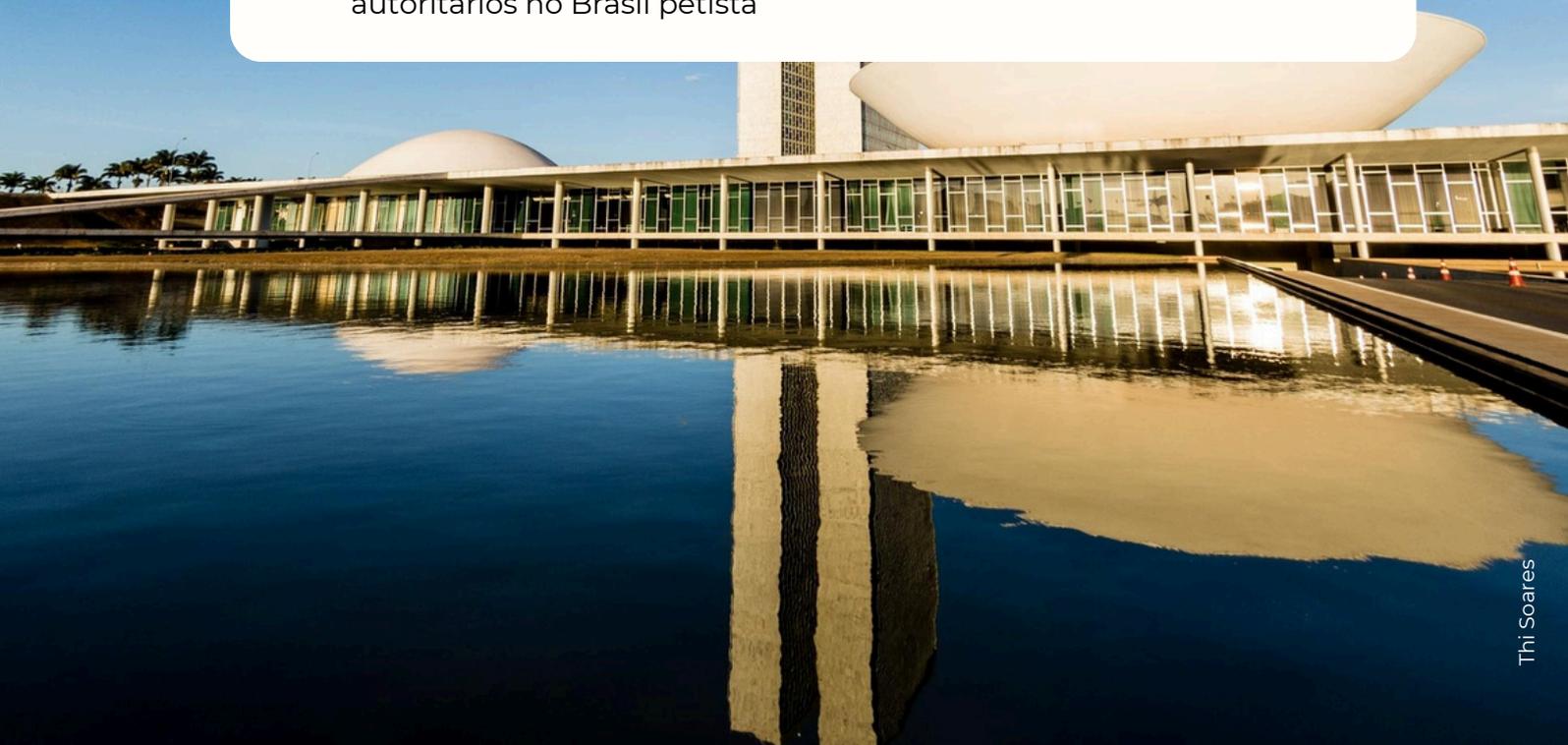
Contingenciamento de Haddad paralisa agências reguladoras 17

Reativada por Lula, Ceitec acumula prejuízo milionário e receitas módicas 21

3

DEFESA

Crise na defesa nacional: má gestão e alinhamentos autoritários no Brasil petista 26



1 POLÍTICA

Congresso reage em nome do povo: Contra a gambiarra tributária

Parlamento age corretamente para conter o abuso tributário do IOF. Governo tenta empurrar mais impostos e atacar os parlamentares, mas ignora que a população não suporta mais o peso dos tributos e da má gestão econômica.

A Constituição Federal, em seu artigo 1º, estabelece o fundamento do regime democrático brasileiro: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Essa diretriz deve ser respeitada pelos governos de ocasião e Poderes da República, em especial no equilíbrio entre suas funções.



Nesta semana, as Casas do Congresso Nacional — legítimas representantes do povo e dos Estados — enviaram um recado claro ao Poder Executivo e impuseram uma derrota fragorosa ao governo Lula: o povo brasileiro não aceita mais aumentos de impostos. Em um momento em que o país clama por responsabilidade fiscal e respeito ao contribuinte, o Parlamento reafirma seu papel constitucional histórico de frear abusos e conter tentativas de contornar o processo legislativo por meio de manobras regulatórias e decretos unilaterais.

De imediato, o governo e o Partido dos Trabalhadores lançaram uma ofensiva comunicacional tentando vender à sociedade a falsa narrativa, desmentida pela Oposição e por setores responsáveis da imprensa, de que o aumento da carga tributária atingiria apenas “os ricos”, ou, nas palavras do próprio discurso oficial, “os da cobertura”.

A realidade, porém, logo se impôs, deixando claro que Lula e Haddad não miram apenas a cobertura, mas também os demais apartamentos, a garagem e tudo o que encontrarem pelo caminho. Ninguém escapa da sanha arrecadatória petista, que tenta normalizar a exploração do povo brasileiro. Em outras palavras, trata-se de mais uma tentativa de disfarçar um arrocho fiscal generalizado sob o pretexto de justiça social, quando na prática o que se vê é a ampliação do peso sobre quem produz, investe, poupa e consome — ou seja, sobre todos os brasileiros.

O debate sobre o aumento do IOF não pode ser isolado de um contexto mais amplo da fragilidade estrutural das contas públicas brasileiras sob o governo Lula. O orçamento de 2025, apresentado como peça técnica, não passa de ficção. Com receitas superestimadas e despesas subdimensionadas, o Executivo [tenta vender](#) um superávit de R\$ 15 bilhões que, na realidade, deve se consubstanciar em um déficit próximo de [R\\$ 100 bilhões](#). É a contabilidade criativa a serviço de um projeto de poder baseado na ganância descontrolada.

Sem disposição para encarar os ajustes necessários, tema que já tratamos no [ROP 90](#), o governo opta por medidas paliativas e oportunistas, como o aumento do IOF via decreto. Trata-se de uma manobra claramente arrecadatória, mas disfarçada de regulação, justamente para driblar o Congresso, que dificilmente aprovaria medidas dessa natureza. Parlamentares da própria base já deixaram escapar que o objetivo é garantir receitas emergenciais, confirmando que se trata de uma gambiarra fiscal e não de uma política tributária séria ou transparente.

O IOF jamais poderia ser utilizado para essa finalidade. Trata-se de imposto extrafiscal - regulatório. O Decreto-legislativo aprovado pelo Congresso susta os decretos do IOF justamente por se saber que o Executivo descumpriu a Constituição. Vê-se com preocupação a tentativa do governo de levar esse tema ao STF, mesmo sabendo que os decretos, além de irregulares, colocariam o IOF como um dos maiores impostos do país, provocaria aumento do custo do crédito e penalizaria a economia.

Enquanto isso, os problemas estruturais permanecem intocados: um arcabouço fiscal incapaz de controlar os gastos públicos; uma Previdência cujo desequilíbrio e desvios só se agravam; supersalários que drenam bilhões; viagens e gastos com publicidade desnecessários; o rombo crescente nas estatais; o aumento da dívida pública e dos juros; e um PAC que, mesmo bilionário, segue sem entregar resultados concretos ao país.

Menos de duas semanas após atacarem desonerações e renúncias, criadas e ampliadas pelo próprio PT para um patamar estimado em R\$ 563,5 bilhões por ano (4,89% do PIB), Haddad e lideranças petistas recorrem à velha cortina de fumaça para desviar o foco da crise fiscal. Ao mesmo tempo, acenam ao setor automotivo com redução de IPI mascarado como “benefício ecológico”, que nada mais é que um subsídio adicional a um setor historicamente contemplado, vindo de um governo que afirma publicamente “combater privilégios” dessa natureza.

Mesmo assim, o governo tenta emplacar um discurso de vilanização do Congresso. A contradição é evidente e a narrativa oficial já não engana mais ninguém, já que há um abismo entre discurso e prática na retórica petista.

Para piorar, o governo tenta repetir 2015 em 2027: finge que tudo está bem e que os “Pessimildos” são o problema do país, enquanto planeja um ajuste pós-eleição para o próximo Presidente. À beira do colapso fiscal, o país avança no escuro, enquanto Lula redobra sua aposta no populismo como estratégia de poder.

É preciso lembrar que a ameaça à estabilidade fiscal do país não se resume ao decreto derrotado pelos representantes do povo. A Medida Provisória nº 1303/2025, conhecida como “MP Taxa-Tudo”, é mais um ataque silencioso à população e precisa ser enfrentado com firmeza.

Reafirma-se que apenas uma agenda ambiciosa de controle de gastos e combate de privilégios pode estabilizar as contas públicas. Está em jogo a confiança na gestão do Estado brasileiro, tanto perante seu povo quanto diante dos que ainda acreditam na seriedade de nossa economia. Ignorar isso é abrir mão do futuro e permitir que o populismo fiscal mine, dia após dia, os alicerces da República.

Rede Minerva: vigilantismo, desinformação e desvio de finalidade

A Rede Minerva, sustentada por recursos públicos, atua à margem dos princípios da transparência e da legalidade, mantém articulações informais com o governo, promove monitoramento direcionado contra opositores com claro viés político e opera sob evidentes conflitos de interesse, configurando grave desvio de finalidade e possível instrumentalização da máquina pública para fins ideológicos.

Análise

- De acordo com o Plano de Trabalho da Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital, Combate à Desinformação e Promoção aos Direitos Difusos (PMESDI) teria o objetivo é mapear, coletar, analisar e avaliar informações relacionadas ao uso de desinformação, disputa digital e manipulação do debate público, aplicando metodologia científica baseada em *Open Source Intelligence* (OSINT), para compreender o impacto desses fenômenos na agenda política do país e suas repercussões sobre os direitos de diversos setores da sociedade brasileira.



- Como o projeto envolve o monitoramento de perfis em redes sociais e outras fontes, é natural que surjam questionamentos sobre possível vigilância estatal, exigindo transparência e esclarecimento sobre suas práticas.
- Em especial, quando parte de seus relatórios indicam o monitoramento da Oposição no Parlamento, conforme apurado pelo [jornal “O Estadão”](#). Mencionam a atuação de parlamentares que estariam supostamente divulgando informações descontextualizadas e corrompidas.

“Essa narrativa descontextualiza o corte fiscal (sic) promovido pelo Governo Federal, fazendo ilações de que o corte do Bolsa Família afetaria diretamente as famílias beneficiárias e de que serviria para financiar gastos públicos do governo com publicidade ou para financiar o Movimento Sem Terra, **tratando-se assim de uma informação corrompida**”, trecho de relatório do IBICT obtido pela reportagem.

- Ora, a crítica do IBICT parte da premissa de que há desinformação ao se associar o corte fiscal a prejuízos diretos ao Bolsa Família. No entanto, se houve efetivo impacto na dotação orçamentária do programa — ainda que não tenha havido suspensão imediata dos pagamentos — trata-se de um dado concreto, que justifica o questionamento público.
- Classificar tais manifestações como “informação corrompida” revela não apenas um juízo desproporcional, mas também uma tentativa de desqualificar críticas políticas legítimas com base em critérios opacos e enviesados.
- O perigo dessa prática é óbvio: em nome do combate à desinformação, abre-se espaço para uma forma moderna de censura. Ao classificar determinadas falas políticas como “desinformação” sem critério objetivo e ao construir bancos de dados sobre agentes políticos específicos, a Rede Minerva ultrapassa os limites da atuação científica e adentra o terreno da perseguição ideológica institucionalizada.
- Esse tipo de prática fere de forma direta a liberdade de expressão (art. 5º, IV e IX, CF/88), o livre exercício do mandato parlamentar (art. 53, CF/88) e o próprio princípio republicano, ao transformar um projeto estatal em instrumento de vigilância de adversários políticos.

- A depender da forma como esses dados forem utilizados, inclusive, não se pode descartar reflexos no processo eleitoral, o que configuraria grave afronta à democracia representativa.
- No mínimo, espera-se que projetos dessa natureza estejam ancorados em bases científicas sólidas, que atuem com transparência, que respeitem os limites legais e constitucionais e que sirvam ao interesse público – e não ao governo do momento. Quando essas premissas são violadas, não estamos apenas diante de má gestão: estamos diante da instrumentalização do Estado contra a cidadania e a democracia.

Outros Conflitos de interesse

- Ademais, o caso da Rede Minerva, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), expõe uma outra faceta preocupante. O projeto, que já consumiu recursos públicos significativos (pelo menos 5,7 milhões), vem sendo conduzido pelo servidor público Tiago Emmanuel Nunes Braga, que acumula, simultaneamente, as funções de coordenador, fiscal do contrato e beneficiário de bolsa, constituindo evidente conflito de interesses e contraria as vedações estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), inscrito no CNPJ sob o nº 04.082.993/0001-49, sediado ao SAS - Quadra 05 - Lote 06 - Bloco H – 5º Andar, Brasília, DF, Cep.:70.070-912, doravante denominada simplesmente **Contratante**, neste ato representado pela **seu Diretor, Dr. Tiago Emmanuel Nunes Braga**, e a **Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.720.938/0001-41, sediada na Av. Antônio Carlos, 6.627, Un.Adm.II - Campus UFMG, Belo Horizonte, MG, Cep.:31.270-901, aqui representada por seu Presidente Prof. Jaime Arturo Ramirez, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada simplesmente **Contratada**, celebram o presente contrato de prestação de serviços, baseado na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e Decreto 8241/2014, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP com a finalidade de dar apoio à gestão administrativa e financeira ao projeto de pesquisa **“Plataforma Multidisciplinar de Escuta Social Digital, Combate à Desinformação e Promoção aos Direitos Difusos (PMESDI)”**.

Parágrafo Único - O apoio a ser prestado pela Contratada consiste na execução dos serviços, cujas especificações, condições, forma e prazos constam no plano de trabalho do projeto (SEI 11504680) que é parte integrante do presente contrato.

Fonte: Contrato de Prestação de Serviços nº 6551/2023 (IBICT e FUNDEP).

CATEGORIAS	DATA PAGTO	BENEFICIARIO	CPF/CNPJ	N DOCTO.	VALOR (R\$)
Pessoa Física	24/04/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1631581	R\$ 1.370,00
Pessoa Física	22/05/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1645822	R\$ 945,00
Pessoa Física	20/06/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1653754	R\$ 1.615,00
Pessoa Física	20/06/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1653754	-R\$ 1.615,00
Pessoa Física	20/06/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1653754	R\$ 1.615,00
Pessoa Física	25/06/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1657349	R\$ 540,00
Pessoa Física	22/10/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1694267	R\$ 11.227,80
Pessoa Física	18/11/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1701788	R\$ 1.795,00
Pessoa Física	18/11/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1701781	R\$ 1.370,00
Pessoa Física	18/11/2024	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1702261	R\$ 2.220,00
Pessoa Física	05/02/2025	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA - APV	044.###.###-##	1723344	R\$ 695,00
Pessoa Física	20/03/2025	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA	044.###.###-##	202503	R\$ 7.000,00
Pessoa Física	27/03/2025	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA	044.###.###-##	202503	R\$ 7.000,00
Pessoa Física	29/04/2025	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA	044.###.###-##	202504	R\$ 7.000,00
Pessoa Física	29/05/2025	TIAGO EMMANUEL NUNES BRAGA	044.###.###-##	202505	R\$ 7.000,00
Total					R\$ 49.777,80

Fonte: Portal Fundep (prestação de contas do projeto).

- O TCU, inclusive, já se manifestou em diversos precedentes sobre a irregularidade de complementações salariais disfarçadas sob a rubrica de bolsas, especialmente em contratos firmados por meio de termos de execução descentralizada (TEDs).

[...] Desvio de finalidade também foi observado no pagamento de bolsas durante a execução de termos de execução descentralizada. Tais instrumentos observam o previsto no Decreto 6.170/2007 e na Portaria MEC 1.529/2014, tem por objetivo repassar recursos para custeio do sistema UAB e sua aprovação é precedida da análise e aprovação de projeto básico ou de termo de referência.

Apesar das especificidades do instrumento e das distinções entre os dispêndios com bolsas e para despesas de custeio e capital, que, para fins orçamentários, possuem classificação funcional programática específica, identificou-se a realização de despesas sem a necessária correição.

Na maior parte dos casos, a TED é gerida pelas fundações de apoio. As incorreções na utilização dos recursos denunciam falta de controle da Ipes correspondente e da Capes. O insuficiente controle da Capes alcança outras variáveis do sistema. Isso porque também foram registradas lacunas nos registros cadastrais e curriculares dos alunos ativos e concluintes de cursos, informações colocadas sob a responsabilidade dos coordenadores UAB. A ausência de informações consistentes permite questionar o alcance da política de educação a distância e os resultados informados pelo MEC.

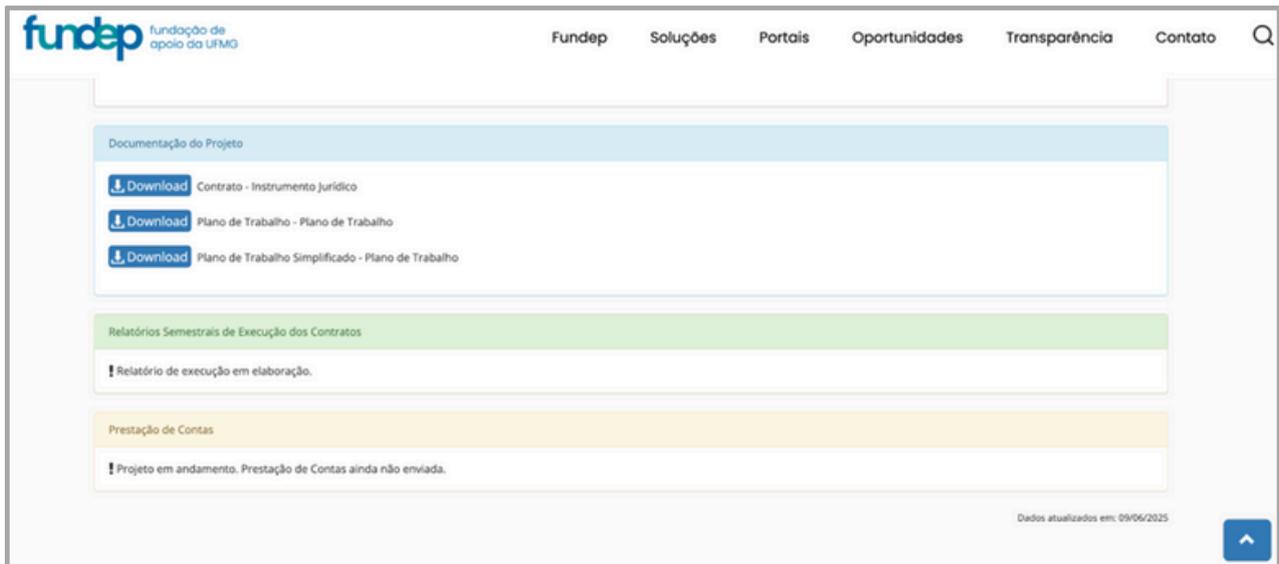
[Acórdão TCU 1074/2019 – Plenário.](#)

- O mau uso de recursos públicos por parte do grupo responsável pela Rede Minerva revela-se como um traço recorrente e preocupante da sua atuação. Embora o Plano de Trabalho previsse entregas parciais ao longo dos anos de 2023 e 2024, os dados disponíveis até o momento apontam que quase R\$ 6 milhões já foram desembolsados, sem que as contrapartidas pactuadas tenham sido efetivamente apresentadas.

7.1 METAS - Cronograma						
Metas	Primeiro ano		Segundo ano		Terceiro ano	
	1º sem. (11/23 a 05/24)	2º sem. (06/24 a 11/24)	1º sem. (12/24 a 05/25)	2º sem. (06/25 a 11/25)	1º sem. (12/25 a 05/26)	2º sem. (06/26 a 11/26)
1 Estabelecer o arcabouço teórico e metodológico do projeto Objetivo específico relacionado: i						
2 Coletar e analisar conjuntos de dados e informações Objetivos específicos relacionados: ii e iii						
3 Estabelecer a infraestrutura computacional e informacional do projeto Objetivos específicos relacionados: iv						
4 Provar as metodologias propostas Objetivos específicos relacionados: v, vi, vii, viii						
5 Disseminação dos avanços obtidos Objetivos específicos relacionados: ix e x						

Fonte: Plano de Trabalho, pág. 10.

- No portal da FUNDEP, as entregas previstas não estão publicadas, constando apenas a vaga menção de que estão “em elaboração”. Essa situação evidencia não apenas a falta de transparência, mas também o descumprimento das obrigações contratuais mínimas, comprometendo a finalidade pública do projeto e indicando possível ineficiência ou até irregularidade na gestão dos recursos.



Fonte: Fundep (página de prestação de contas do projeto).

- Tampouco há notícias no site do IBICT que dêem conta dos resultados supramencionados, sendo possível identificar apenas 5 (cinco) notícias ao longo do período de existência do projeto. Em nenhuma delas há um detalhamento de como foram alocados o montante significativo de recursos investidos no projeto.
 - Em 6/6/2025 - Pesquisadores do Ibiict debatem desinformação, inteligência artificial e competência crítica em informação no Uruguai.
 - Em 2/6/2025 - Carta colaborativa propõe agenda nacional pela integridade da informação.
 - Em 26/08/2024 - Projeto Baobá conclui PoC para acompanhamento de dados em redes sociais.
 - Em 5/8/2024 - Ibiict coordena mesa sobre combate à desinformação e à anticiência.
 - Em 9/5/2024 - Ibiict lança Minerva: rede de pesquisa para promoção da integridade da informação.
- Conforme estabelecido no Plano de Trabalho Simplificado, cabe ainda destacar a realização de viagens vinculadas ao cumprimento dos objetivos do programa. No entanto, é importante ressaltar que tais deslocamentos estariam condicionados à apresentação de resultados concretos do projeto, o que, até o momento, não foi comprovado.

“Diárias e passagens são previsões para a participação em eventos técnicos-científicos da área, com a finalidade de apresentação dos resultados do projeto, primordiais na fase de disseminação dos modelos desenvolvidos”.

Projeto de Trabalho - Simplificado.

- A ausência de entregas efetivas impede a verificação da pertinência e da justificativa dessas viagens, levantando sérias dúvidas quanto à sua compatibilidade com os princípios da eficiência, economicidade e finalidade na aplicação dos recursos públicos.
- Dentre as atividades executadas no âmbito do programa, merece registro uma viagem realizada a Cuba, conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Contudo, não se identificou, até o momento, a devida publicização dos gastos associados a essa missão, em possível descumprimento aos princípios da transparência e da publicidade previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.
- Ressalte-se, ainda, que o evento em questão tratava de temas relacionados à desinformação, o que suscita questionamentos quanto à adequação contextual do local escolhido, considerando tratar-se de país cujas práticas institucionais incluem o controle estatal sobre os meios de comunicação. Embora tal fato não implique, por si só, irregularidade, revela a necessidade de avaliação mais criteriosa quanto à coerência entre os objetivos do projeto, os destinos selecionados e os resultados esperados, especialmente diante do uso de recursos públicos.



2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Concentração de recursos e vínculos políticos no Programa Cisternas

Entre 2023 e 2025, 85% dos recursos do Programa Cisternas (R\$ 516 milhões) foram repassados à ONG P1MC, presidida por um ex-dirigente do PT. Auditorias da CGU e do TCU identificaram falhas na execução, enquanto diversas entidades subcontratadas apresentam vínculos políticos com o governo federal e o partido. Apesar disso, a P1MC foi novamente selecionada e receberá mais R\$ 1,8 bilhão do BNDES para liderar o projeto “Sertão Vivo”.

Análise

O Programa Cisternas do Ministério do Desenvolvimento Social destinou R\$ 516 milhões — 85% do total investido desde 2023 — à ONG P1MC, comandada por dois filiados ao PT, tornando-se o maior repasse da história do programa. A concentração de recursos em uma única entidade tem levantado questionamentos sobre critérios de seleção, vínculos políticos e a eficácia da fiscalização, especialmente diante de irregularidades apontadas por auditorias da CGU e do TCU na execução das parcerias e no controle dos repasses.



Auditoria da Controladoria-Geral da União

- Em 2024, [a Controladoria-Geral da União \(CGU\) auditou o Programa Cisternas](#), política pública coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que visa garantir acesso à água para famílias rurais de baixa renda por meio de tecnologias sociais de baixo custo.
- A avaliação envolveu visitas a 68 municípios em 14 estados, com entrevistas a 730 famílias e inspeções em escolas, concluindo que o programa tem impacto positivo na vida dos beneficiários, especialmente quanto à segurança hídrica e à saúde.
- A CGU considerou a orientação e os processos de seleção adequados, mas apontou falhas técnicas em alguns sistemas e recomendou melhorias na cobertura fora do semiárido, nos indicadores de monitoramento e na análise financeira das parcerias. O programa é tratado como prioritário pelo governo, com previsão de R\$ 1,5 bilhão em investimentos até 2026.
- **No entanto, observou-se uma significativa concentração de recursos — 78% do total, ou R\$ 417,3 milhões — na Associação Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (APIMC), resultado de uma decisão da gestão de priorizar parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e dos critérios adotados no edital de chamamento público.**

Auditoria da Controladoria-Geral da União

- Em 2024, [auditoria do TCU](#) identificou irregularidades na gestão de recursos públicos por entidades executoras de parcerias com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.
- Em vez de utilizarem contas bancárias específicas para cada contrato, como exigido, essas entidades receberam os repasses em contas comuns, dificultando o controle e a transparência dos gastos. Além disso, foram feitos pagamentos a fornecedores fora dessas contas específicas, o que também contraria as normas de boa gestão.

“168. Nos termos de parceria foram verificados *pagamentos de pessoal e de encargos trabalhistas sem previsão* nos devidos instrumentos de parceria e sem autorização legislativa, visto que a legislação permite o pagamento de pessoal apenas quando a entidade parceira é a executora do plano de trabalho, e no presente caso a APIMC pactuou a execução com outras entidades.

169. Foi proposto *determinar ao Ministério da Cidadania que identifique os pagamentos irregulares com pessoal e adote medidas para o ressarcimento ao erário*, como forma de preservar a integridade do patrimônio público, na forma prescrita na IN TCU 71/2012.

170. Ainda nos termos de parceria e no termo de colaboração, foram identificadas mais duas irregularidades: *Uma diz respeito à não exigência para que as ONGs executoras, parceiras da APIMC, mantenham os recursos em conta específica* até o momento em que sejam empregados no objeto do ajuste, a despeito de haver sido verificado que houve adiantamento de 30% dos valores das colaborações pactuadas com essas entidades. Foi proposto dar ciência ao Ministério da Cidadania para que exija a utilização de contas específicas, tanto por parte das parceiras quanto das executoras, nos ajustes firmados no âmbito da Lei 12.873/2013.

171. *A outra irregularidade se refere ao fato de terem sido verificados pagamentos da conveniente para fornecedores fora da conta específica*, sem que esses casos estivessem enquadrados nas previsões legais para uso de OBTV ao próprio conveniente. Foi proposto, nos termos da IN TCU 71/2012, determinar ao Ministério da Cidadania para que identifique os pagamentos irregulares e adote as medidas necessárias para providenciar o ressarcimento ao erário das despesas irregulares identificadas, inclusive a instauração de tomada de contas especial, se for o caso.

172. Nos convênios e nos contratos de repasse, foram *identificados pagamentos sem que as notas fiscais de comprovação do objeto estivessem devidamente lançadas no SICONV em desacordo com as*

Portarias Interministeriais MP/MF/CGU 507/2011 e 424/2016. Ante as constatações, foi proposta, na forma da IN TCU 71/2012, determinação para a identificação dos pagamentos não comprovados e o devido ressarcimento ao erário.

173. Após a manifestações dos gestores, os achados e encaminhamento preliminares foram mantidos, com exceção do segundo achado do relatório preliminar (peça 37), uma vez que, o ente ministerial, tendo apresentado a relação de notas fiscais relacionadas à comprovação dos pagamentos listados na Tabela 4, peça 37, p. 17, logrou comprovar as despesas até então não observadas no Siconv”.

[Acórdão TCU nº 900/2024.](#)

- Diante disso, o Tribunal determinou que, no prazo de 90 dias, o ministério passe a exigir o uso de contas bancárias específicas para cada parceria, tanto pelas entidades parceiras quanto pelas executoras. Também foi recomendado que todas as informações sobre os pagamentos realizados sejam devidamente registradas no Siconv.

Ligação entre entidades contratadas e membros do PT

- [Levantamento realizado pelo O Globo](#) aponta que parte expressiva dos recursos do Programa Cisternas foi repassada a entidades dirigidas por pessoas com vínculos políticos (subcontratação), especialmente ligadas ao governo do Piauí durante a gestão de Wellington Dias, atual ministro do Desenvolvimento Social, pasta responsável pela execução da política em análise.
- De acordo com dados do [Portal da Transparência](#), a entidade PIMC já recebeu R\$ 1,2 bilhões do Governo Federal desde 2003. Desse montante, foram auferidos R\$ 516 milhões (43%) apenas no período compreendido entre 2023 e 2025.

Tabela - Entidades Favorecidas e Vínculos com o PT

Entidade	Valor Recebido entre 2023-2025	Vínculos com o PT
Associação Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (P1MC)	R\$ 516 milhões	Presidida por Cícero Felix dos Santos, foi presidente do diretório do PT em Juazeiro . A entidade é parceira histórica dos governos Lula desde o primeiro mandato e da CONTAG , entidade investigada no escândalo dos descontos associativos do INSS.
Cooperativa para o Desenvolvimento Rural e Sustentável da Agricultura Familiar do Piauí (Cootapi)	R\$ 9 milhões	Presidida por Francisco Almir Martins de Alencar, que exerceu cargo comissionado no governo Wellington Dias (PT-PI). Foi indicado pelo governo Lula para participar como membro da sociedade civil no Fórum Estadual de Apoio ao Programa de Democratização de Imóveis da União do Estado no Piauí (SPU/MGI) .
Cooperativa Mista de Trabalho (Comtacte)	R\$ 4,6 milhões	Dirigida por Alberto Carlos do Rosario da Costa e Lisandro Robinson de Sousa Freitas. Alberto exerceu cargo em comissão , em 2023, na prefeitura de Itaiçaba (CE), comandada por Antoniel Holanda (PT).
Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor)	R\$ 6,4 milhões	Presidido por Lucenir Maria dos Santos Silva, que foi assessora do deputado estadual Manoel Santos , líder do PT na Assembleia Legislativa de Pernambuco e ex-presidente da CONTAG. Também foi secretária da FETAPE , entidade ligada à Contag.
Instituto de Formação Cidadã	R\$ 3,4 milhões	Dirigido por Carisvaldo Meira Alves, que foi candidato a vereador pelo PT, foi candidato a vereador pelo PT, segundo reporta "O Globo".
Centro de Agroecologia do Semiárido	R\$ 3,4 milhões	Dirigido por Jesuel Fialho de Carvalho, atual secretário de agricultura do município de Pindaí (BA), foi candidato a vereador pelo PT, , segundo reporta "O Globo".

- Essas alocações favorecendo ONGs coincidem com uma [mudança na LDO promovida pelo governo Lula](#), que eliminou a exigência de devolução de bens ao patrimônio público em casos de desvio de finalidade, reduzindo a responsabilização patrimonial por mau uso de recursos públicos.
- A medida rompe com uma regra em vigor há 15 anos e, segundo o Executivo, visa permitir "maior flexibilidade na destinação dos bens", considerando que nem sempre é do interesse da União reavê-los.

- Os repasses do governo federal para ONGs mais que dobraram em dois anos, saltando de R\$ 6 bilhões em 2022 para um recorde de R\$ 13,9 bilhões em 2024, desconsiderando transferências obrigatórias.
- Por fim, cabe mencionar que os recursos oferecidos à P1MC serão ampliados com financiamento público indireto proveniente de banco público. Isso porque o [BNDES selecionou a associação para atuar no projeto “Sertão Vivo”](#), que prevê a construção de 400 mil cisternas no Nordeste, com investimento de R\$ 1,8 bilhão, financiado pelo FIDA e o Green Climate Fund.



Contingenciamento de Haddad paralisa agências reguladoras

O corte de R\$ 270 milhões nas agências reguladoras paralisa fiscalizações como a dos combustíveis e das bets, que já causam até R\$ 10 bilhões/ano em perdas. A falta de recursos agrava riscos, enfraquece a arrecadação e expõe a má gestão fiscal e de prioridades do governo Lula.

Análise

- A primeira contenção orçamentária de 2025 impôs um corte significativo às agências reguladoras, afetando diretamente sua capacidade operacional. Segundo o [Decreto nº 12.477 publicado em 30 de maio](#), o governo federal bloqueou cerca de R\$ 270 milhões dos R\$ 1,1 bilhão previstos para essas autarquias ao longo do ano — uma redução média de aproximadamente 25% dos recursos disponíveis.



Órgão	Dotação Total (A)	Contenção Estabelecida Total (B+C)	Bloqueio meta fiscal estabelecido Total (B)	Bloqueio limite despesas estabelecido Total (C)	Contenção Estabelecida % Total ((B+C)/A)
Total	1,796,424,690	444,860,604	353,336,466	91,524,138	24.76%
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	140,601,534	34,892,035	27,736,313	7,155,722	24.82%
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	156,136,058	38,623,041	30,702,157	7,920,884	24.74%
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM	115,758,153	28,726,838	22,835,486	5,891,352	24.82%
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	238,753,988	59,249,798	47,098,742	12,151,056	24.82%
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	123,759,400	30,712,448	24,413,883	6,298,565	24.82%
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	301,155,803	74,095,333	58,899,727	15,195,606	24.60%
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	295,243,960	73,268,494	58,242,458	15,026,036	24.82%
42206 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE	45,039,826	11,177,198	8,884,958	2,292,240	24.82%
53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	196,426,192	48,965,522	38,632,268	10,333,254	24.93%
68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	61,478,626	15,182,244	12,068,642	3,113,602	24.70%
68213 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	122,071,150	29,967,653	23,821,832	6,145,821	24.55%

Fonte: [Sioop](#).

- Os reflexos do contingenciamento já podem ser observados nos anúncios realizados pelas agências reguladoras nos últimos dias, o que traz luz sobre a problemática que a sociedade brasileira vivenciará nos próximos meses.
- **A ANP anunciou a [suspensão temporária do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis \(PMQC\)](#) em julho e a adoção de diversas medidas emergenciais diante dos sucessivos cortes orçamentários.**
- A verba discricionária da agência caiu 82% em termos reais desde 2013, passando de R\$ 749 milhões para apenas R\$ 134 milhões em 2024. Para 2025, o valor inicialmente previsto de R\$ 140,6 milhões foi reduzido pelo governo para R\$ 105,7 milhões, valor considerado insuficiente para atender às demandas da autarquia.
- Como consequência, a ANP reduzirá o volume de pesquisas de preços, cortará gastos com diárias, passagens e eventos presenciais, e reavaliará contratos para priorizar o essencial, alertando que a falta de recursos comprometerá o funcionamento de suas atividades regulatórias.
- **A Anatel também enfrenta dificuldades operacionais para [continuar bloqueando sites ilegais de apostas esportivas](#) devido ao contingenciamento orçamentário imposto pela equipe econômica do governo.**
- Desde janeiro, a agência já derrubou cerca de 15 mil sites em parceria com a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, mas agora, sem os R\$ 8 milhões antes garantidos por um acordo com a Unesco, não há recursos para manter a operação.
- Atualmente, [61% dos apostadores brasileiros usaram plataformas ilegais](#), apesar da regulamentação vigente. Para 78%, é difícil identificar sites legais, e quase metade já apostou em sites irregulares. Segundo a LCA Consultores, até 51% do mercado permanece informal, gerando uma perda fiscal de até R\$ 2,7 bilhões em três meses — com potencial de ultrapassar R\$ 10 bilhões ao ano.
- Ironicamente, enquanto o ministro Fernando Haddad critica os governos anteriores pela falta de regulação das bets e o consequente custo de oportunidade bilionário à arrecadação, a própria Anatel alerta que o contingenciamento imposto pela Fazenda está gerando um problema semelhante: sem verba, a agência não consegue conter a evasão de recursos promovida pelas apostas ilegais.



"Infelizmente, (a regulamentação) não aconteceu no governo anterior, houve grande descaso com esse assunto. O executivo do Brasil tem em suas mãos todos os instrumentos necessários para regulamentar e coibir abusos. Fique certo de que o governo está atento e que, apesar do enorme atraso, desse descaso, chegou a hora de colocar a ordem nisso e proteger a família brasileira".
Ministro Fernando Haddad, registro de ["O Globo"](#).

- Em suma, o ministro Haddad recorre ao clássico artifício de criticar o passado para escapar das responsabilidades do presente, enquanto tropeça em suas próprias omissões.
- As perdas para o erário decorrentes do sufocamento das agências reguladoras pelo governo Lula também foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União. Em agosto de 2024, [o TCU aprovou a fiscalização das 11 \(onze\) agências reguladoras](#) para apurar os efeitos dos cortes e contingenciamentos orçamentários para as atividades de regulação.

"O contingenciamento da Agência Nacional de Mineração não é diferente das 11 agências que nós temos. Todas são contingenciadas, embora estejam arrecadando bilhões e bilhões de reais".
Ministro Vital do Rêgo, registro do ["G1"](#).



"Não há dúvida alguma de que nós temos um problema no Brasil hoje, e não adianta tapar o sol com a peneira e enfiar a cabeça como avestruz na terra. As agências reguladoras não estão conseguindo exercer suas funções porque infelizmente estão sem estrutura. [...] "Não há dúvidas de que é uma distorção de prioridade governamental".
Ministro Antônio Anastasia, registro do ["G1"](#).

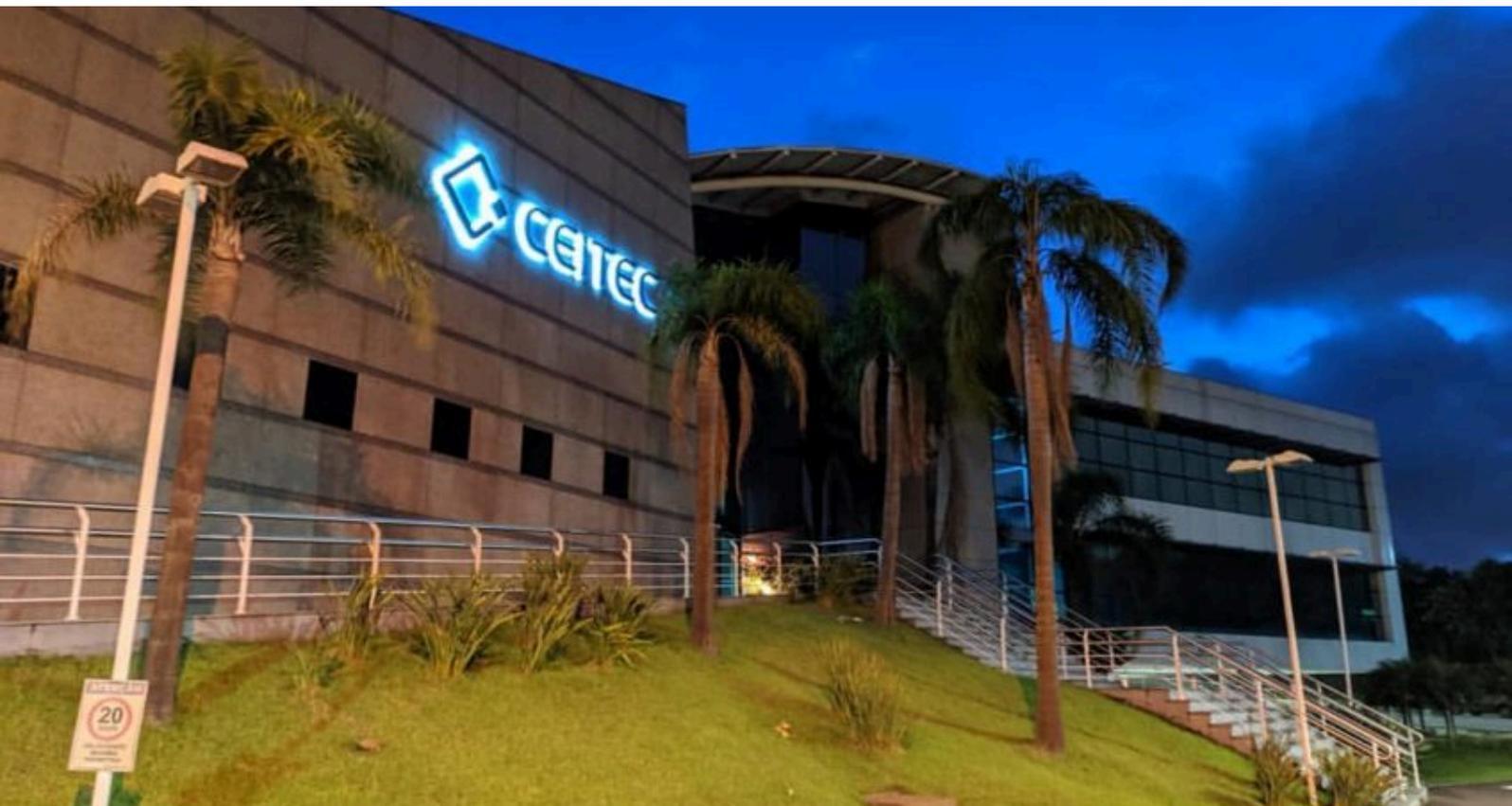
- Ao impor contingenciamentos que inviabilizam órgãos fiscalizadores, o governo adota uma estratégia fiscal míope, que compromete a própria capacidade do Estado de reagir à crise. A retórica de ajuste não se sustenta diante de cortes que afetam diretamente a regulação, a arrecadação legítima e a proteção do cidadão.
- Ademais, o contingenciamento proposto por Haddad permite que ilegais sigam impunes, enquanto a Fazenda aposta em novas formas de sobretaxar quem já contribui ao erário. Não é uma escolha de Sofia, mas uma decisão deliberada e algo zombeteira de punir o que é lícito e poupar o que é ilegal.

Reativada por Lula, Ceitec acumula prejuízo milionário e receitas módicas

Em 2024, a Ceitec emitiu só sete notas fiscais e faturou R\$ 137 mil — o preço de um SUV básico. Com 99 funcionários e R\$ 87 milhões em despesas, mesmo após aporte de R\$ 40 milhões do Tesouro, a estatal fechou o ano com prejuízo de R\$ 47 milhões.

Análise

- O governo federal mantém diversas estatais que, apesar de sua condição formal como empresas, não geram receitas suficientes para se sustentar e dependem constantemente de recursos públicos, funcionando na prática como repartições públicas com objetivos nem sempre claros.



- Um exemplo emblemático é o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), criado em 2008 para fabricar semicondutores, que acumulou prejuízos de R\$ 175 milhões entre 2008 e 2020, consumiu mais de R\$ 1 bilhão em aportes do Tesouro e nunca alcançou a importância prometida sequer no mercado nacional.
- Lula parece ter olvidado a promessa feita em seu discurso de inauguração da Ceitec, que vaticinava o fim da era das estatais que dão prejuízo.



"Acabou o tempo, aquele negócio de o cara ter uma empresa pública e achar que ela tem de ser deficitária. Isso aí é bobagem de quem quer ser deficitário, eu quero é lucro. Agora tem de ser tudo superavitário, porque senão o Estado quebra".

Lula, discurso de inauguração da Ceitec, registro da [Folha de São Paulo](#).

- Em 2024, com apenas 99 funcionários, faturou apenas R\$ 137 mil, enquanto suas despesas atingiram R\$ 87 milhões, resultando em um [prejuízo líquido de R\\$ 47 milhões](#), mesmo após um aporte de R\$ 40 milhões do Tesouro.
- Nesse contexto, o atual presidente da estatal de semicondutores [promete que a empresa deixará de ser deficitária em até 7 \(sete\) anos](#), conforme os planos traçados pela nova gestão. A estratégia é focar no desenvolvimento de semicondutores e dispositivos voltados à transição energética, um setor que, segundo sua visão, ainda está em fase inicial. Porém, reconhece que a estatal não pretende competir diretamente com as grandes fabricantes globais, o que prenuncia um futuro não tão auspicioso.

"Quando a Ceitec vai dar lucro? Em 7 anos, a empresa vai deixar de ser deficitária, pelo plano de negócios que fizemos. Em termos de semicondutores, esse prazo é curto".

Augusto Gadelha, presidente da Ceitec, entrevista ao [Poder 360](#).



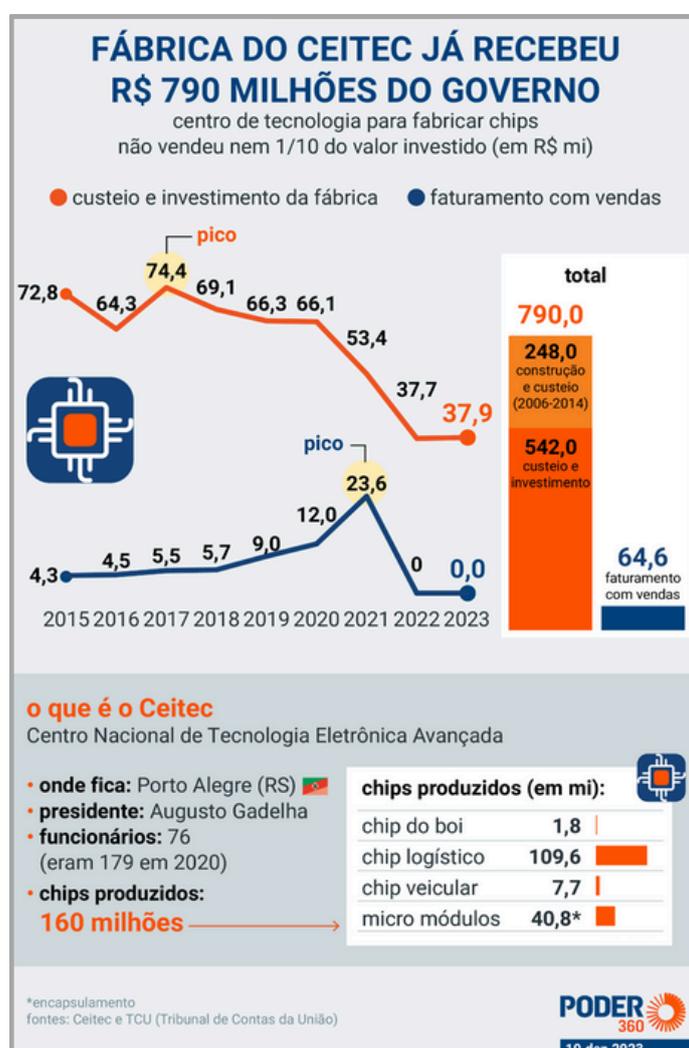
- Uma parte do problema enfrentado pela estatal está na inadequação do modelo público para o desenvolvimento de tecnologias disruptivas. Nesse contexto, o atual governo busca explorar um nicho que é incompatível com o arcabouço normativo das estatais, e o próprio presidente da Ceitec reconhece que essa barreira é, praticamente, intransponível.



“O problema é que a legislação é muito restritiva. Nós temos que criar a figura da estatal tecnologicamente avançada, para fazer semicondutores ou vacina, sem as regras restritivas das estatais. Temos que inventar a estatal que é dependente do Estado, como é o caso da Ceitec, só que mais flexível”.

Augusto Gadelha, presidente da Ceitec, entrevista ao [Poder 360](#)

- Vale destacar que o pico de produção da Ceitec ocorreu em 2021, como mostra o gráfico abaixo. Apesar disso, o governo Bolsonaro decidiu incluir a estatal no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), visando à sua liquidação, considerando a sua baixa viabilidade econômica, desempenho muito aquém do esperado e a racionalização do gasto público.
- Em suma, a decisão refletiu o entendimento de que os custos e riscos envolvidos superavam os possíveis benefícios, especialmente diante de um orçamento público já fortemente pressionado e com prioridades mais urgentes.



- [Após interrupção da liquidação da estatal por decisão do presidente Lula em 2023](#), a Ceitec passou a refletir a já conhecida lógica de gestão petista nas estatais: aumento das despesas com pessoal, elevação dos gastos com honorários de administradores, crescimento das despesas gerais e administrativas, culminando na necessidade de mais de R\$ 81 milhões em aportes do Tesouro Nacional para manter a empresa funcionando ao longo do ano, conforme pode ser observado abaixo.
- As estatais revelam, em escala reduzida, os contornos do modelo petista de gestão pública, baseado na ideia de que o aumento contínuo dos gastos é a panaceia para todos os problemas. Essa lógica despreza a crítica, a análise técnica e a avaliação de viabilidade, conduzindo o Estado à ineficiência, ao desperdício e ao risco de colapso fiscal.

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01-jan-2024 a 31-dez-2024	01-jan-2023 a 31- dez-2023
Receita Bruta			
Vendas	18	109	-
Serviços Prestados	18	24	-
Deduções			
Impostos	18	(25)	-
Receita Líquida de vendas	18	108	-
Custo dos Produtos Vendidos	19	(22)	-
Custo dos Serviços Prestados	19	(15)	-
Lucro Bruto		71	-
Despesas operacionais			
Com pessoal	20	(28.906)	(21.414)
Gerais e administrativas	21	(36.837)	(35.029)
Honorários dos administradores	22	(2.112)	(803)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	81.657	40.089
Provisão Contingência	14	(9.450)	(30.026)
Reversão Contingência	14	1.061	67
		5.413	(47.116)
Outras Despesas			
Fundo Nacional de Desenvol. Científico e Tecnológico	24	-	(21)
Perda Não Recuperável - Tributos	7	(3.411)	-
Lucros/Prejuízo antes do Resultado Financeiro		2.073	(47.137)
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	24	(35)	(9)
Receitas financeiras	24	134	101
Lucros/Prejuízo do período		2.172	(47.045)
Quantidade média de ações (em milhares)		42	42
Resultado por ação básico e diluído - R\$		51,71	(1.120,12)

Fonte: [Demonstração de Resultados do 4º Trimestre - Ceitec](#).

- Há quem defenda a criação de fundo para [salvar a produção de chips na estatal](#), enquanto um grupo de parlamentares atua para sustar o decreto de Lula que reverteu a liquidação da Ceitec ([PDL nº 397/23](#)). No fim, há sempre quem lute pelos brasileiros e suas necessidades mais prementes.



3 DEFESA

Crise na defesa nacional: má gestão e alinhamentos autoritários no Brasil petista

O enfraquecimento da Defesa Nacional potencializado pela falta da capacidade de gestão de recursos do setor, marca dos governos petistas e as aproximações sucessivas do Brasil com regimes autoritários pelo mundo.

A atual conjuntura geopolítica mundial evidencia um cenário de instabilidade crescente, caracterizado por conflitos regionais, aumento das tensões diplomáticas e uma corrida por investimentos em segurança e defesa por parte das principais potências militares. Dentro desse contexto, o Brasil se apresenta como uma nação vulnerável, com projetos estratégicos de defesa estagnados, cortes orçamentários sucessivos e uma posição ambígua nas alianças militares globais. Tal realidade levanta preocupações sobre a capacidade do país em proteger seu território, garantir sua soberania e manter sua relevância no cenário internacional.



Historicamente, o Brasil manteve uma relação de cooperação militar sólida com os Estados Unidos da América. Desde a Segunda Guerra Mundial, com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao lado dos Aliados, até os recentes acordos de cooperação tecnológica, a parceria com os EUA sempre foi estratégica. Destacam-se iniciativas como o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT & E), assinado em 2020, que visa facilitar o intercâmbio de tecnologias de defesa. Além disso, o Brasil também tem buscado estreitar laços com outras potências ocidentais, como a França e a Alemanha, por meio de parcerias para o desenvolvimento de submarinos e blindados, respectivamente.

Por outro lado, o Brasil ainda mantém relações limitadas no campo militar com países do Oriente. Embora haja alguns acordos de cooperação técnico-militar com nações como a China e a Rússia, essas parcerias são pontuais e não possuem o mesmo peso estratégico das relações com o Ocidente. O Brasil, por exemplo, participou de exercícios militares conjuntos com a Rússia em ocasiões anteriores, mas não mantém tratados formais de defesa mútua com países orientais. Essa posição reflete a tradicional postura de neutralidade brasileira e seu alinhamento histórico com o bloco ocidental.

Enquanto o Brasil enfrenta dificuldades orçamentárias, os países desenvolvidos têm aumentado de forma expressiva seus investimentos na área de defesa. Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), os gastos militares globais atingiram um recorde histórico de US\$2,46 trilhões em 2024, representando um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. Esse crescimento é uma resposta direta à escalada de conflitos como a guerra da Ucrânia e a tensão crescente no Oriente Médio, fatores que reforçaram a percepção de ameaça nas principais potências militares.

No Brasil, a situação é inversa. O Plano Estratégico do Exército (PEEx) para o período 2024-2027 executou apenas 16,4% do orçamento previsto após 18 meses de implementação. Dos R\$9,42 bilhões planejados, apenas R\$1,54 bilhão foi efetivamente investido. Se mantido esse ritmo, a execução completa do plano quadrienal levará seis anos, comprometendo a modernização da força terrestre. A baixa execução orçamentária revela a falta de prioridade estratégica dada à defesa nacional, mesmo diante de um cenário internacional que exige maior prontidão militar.

Na tentativa de reverter esse quadro, o governo incluiu projetos das Forças Armadas no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre as iniciativas contempladas estão a modernização de viaturas blindadas, a ampliação da frota de helicópteros, a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e o desenvolvimento do sistema de mísseis táticos de cruzeiro Astros. No entanto, a imprevisibilidade

orçamentária tem impedido a plena execução desses projetos. O orçamento aprovado para 2025 previa R\$1,630 bilhão, mas R\$361 milhões foram bloqueados.

O Sisfron, considerado vital para o monitoramento de cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras, exemplifica a crônica defasagem de investimentos. Originalmente previsto para conclusão em 2021, o projeto foi adiado para 2039. Até o fim deste ano, apenas R\$3 bilhões dos R\$15 bilhões necessários terão sido investidos. A fragilidade no controle das fronteiras expõe o Brasil a riscos relacionados ao tráfico de drogas, contrabando e entrada de grupos criminosos armados, em um momento em que o crime organizado transnacional ganha força.

Outro projeto estratégico afetado é o desenvolvimento dos mísseis Astros. Mesmo estando em fase avançada, a produção foi impactada pela crise financeira da fabricante Avibras, que enfrenta recuperação judicial. O programa é considerado crucial, pois apenas 11 países no mundo possuem a capacidade de fabricar mísseis de cruzeiro com alcance de 300 quilômetros e alta precisão. A continuidade do projeto é incerta diante da falta de recursos e das dificuldades da indústria nacional de defesa.

No setor naval, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) também enfrenta limitações severas. Embora o orçamento anual do programa tenha se estabilizado em torno de R\$2 bilhões, os oficiais da Marinha alertam que, para cumprir o cronograma de entrega do submarino nuclear entre 2034 e 2035, será necessário um aporte adicional de pelo menos R\$1 bilhão por ano. Paralelamente, a Marinha projeta a desativação de 43 embarcações até 2028, o que representa 40% de sua frota. Até o momento, não há garantias de reposição dessas unidades.

Diante desse cenário, as Forças Armadas têm pressionado o Congresso Nacional pela aprovação da PEC 55/2023, que estabelece um gasto mínimo de 2% do PIB para a defesa nacional. Como alternativa, o ministro da Defesa, José Múcio, sugeriu um piso de 1,5% da receita corrente líquida, mas mesmo assim essa proposta permanece parada.



O impasse orçamentário contrasta com a tendência mundial de expansão dos investimentos em defesa e revela a dificuldade brasileira em adaptar sua política de segurança às novas realidades geopolíticas. Países com economias de porte semelhante, como Turquia e Indonésia, já ampliaram seus investimentos militares e firmaram alianças regionais estratégicas para reduzir vulnerabilidades e proteger seus interesses geopolíticos.

A vulnerabilidade do Brasil é ainda mais preocupante considerando sua posição geográfica e suas dimensões continentais. A falta de investimentos adequados prejudica a capacidade de pronta resposta a ameaças externas, dificulta o combate ao crime transnacional e compromete a soberania sobre a Amazônia e demais áreas estratégicas. Além disso, a ausência de alianças militares robustas com outras potências globais aumenta o isolamento estratégico do país. Nem mesmo em sua própria vizinhança regional o Brasil exerce liderança efetiva: projetos de integração e cooperação militar na América do Sul, como a antiga Unasul, foram abandonados, e o país tem tido atuação tímida em fóruns como o Mercosul e a CPLP no que diz respeito à segurança regional.

Essa desconexão geopolítica tem consequências severas. Em um mundo cada vez mais polarizado, o Brasil corre o risco de perder acesso a tecnologias sensíveis, ser excluído de tratados estratégicos e tornar-se dependente de potências com interesses divergentes. A ausência de protagonismo em alianças de segurança multilaterais fragiliza sua posição em organismos internacionais e enfraquece sua capacidade de influenciar decisões que afetam diretamente sua soberania e segurança. A erosão contínua da capacidade dissuasória brasileira coloca em xeque sua relevância geopolítica e reforça a percepção de que o país se distancia cada vez mais das democracias consolidadas.

Cabe ressaltar que essa fragilidade estrutural da defesa nacional brasileira tem origem em escolhas políticas deliberadas e repetidas ao longo das últimas décadas. Durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003–2010), o Brasil teve uma oportunidade histórica de consolidar sua capacidade de defesa, impulsionado pelo boom das commodities e pelo crescimento econômico. Entretanto, os investimentos no setor militar foram limitados e instáveis, concentrados em ações pontuais. Projetos estratégicos como o Prosub e as tratativas iniciais do programa Gripen foram iniciados, mas sem os aportes consistentes que garantissem sua continuidade plena.

No governo Dilma Rousseff (2011–2016), a situação se agravou com sucessivos contingenciamentos. Os anos com menor proporção do PIB destinada à defesa desde a redemocratização ocorreram nesse período, com médias próximas a 1,3% do PIB. Projetos como o Sisfron, Astros 2020 e

o próprio Prosub sofreram congelamentos, atrasando anos suas execuções. Houve ainda um afastamento político entre a cúpula militar e o Executivo, resultado da pouca valorização institucional das Forças Armadas e da ausência de previsibilidade orçamentária.

Na atual gestão do presidente Lula, a tendência se mantém. Apesar da inclusão de projetos de defesa no novo PAC, a prática de bloqueio de recursos já aprovados persiste, como demonstrado pelos R\$361 milhões contingenciados do orçamento de 2024. Além disso, o governo demonstra uma preocupante ausência de visão estratégica de longo prazo, ao priorizar relações diplomáticas com regimes de perfil autoritário e baixa tradição democrática — como Venezuela, Irã e China, segundo rankings internacionais de liberdade como os da Freedom House e The Economist Intelligence Unit — ao mesmo tempo em que enfraquece laços com parceiros tradicionais da OTAN. Essa guinada ideológica e diplomática contribui para o isolamento do país e alimenta a percepção de que o Brasil se aproxima de modelos autocráticos, não apenas em seu discurso político, mas também em sua postura estratégica.

A gravidade dessa postura ficou ainda mais evidente após a reunião da OTAN realizada em Haia, em 25 de junho de 2025, quando os países membros aprovaram um plano de expansão dos investimentos em defesa, elevando para até 5% do PIB os gastos com segurança e proteção militar. A medida reflete a escalada de conflitos no mundo e a necessidade de prontidão estratégica entre as democracias ocidentais. Em contraste, a média dos investimentos brasileiros durante os governos Lula e Dilma girou entre 1,3% e 1,5% do PIB, abaixo dos padrões internacionais e insuficiente para sustentar programas de defesa autônomos e modernos.

O resultado dessa combinação de negligência orçamentária, desprezo político e alinhamentos diplomáticos ideologizados é uma erosão contínua da capacidade dissuasória brasileira. Caso o Brasil enfrente, no curto ou médio prazo, um conflito armado — seja interno ou externo —, o país não terá condições reais de sustentar uma operação militar prolongada. A vulnerabilidade é tamanha que mesmo a defesa de suas fronteiras e de infraestruturas estratégicas estaria seriamente comprometida.

Portanto, é imprescindível que o Brasil abandone a postura reativa e passe a adotar uma política de defesa proativa, moderna e coerente com os desafios do século XXI. Isso inclui estabelecer metas claras de investimento em defesa, garantir estabilidade orçamentária de longo prazo, atualizar sua Estratégia Nacional de Defesa e reconstruir alianças estratégicas com parceiros confiáveis. Caso contrário, a nação continuará presa a um ciclo de fragilidade crônica, colocando em risco sua soberania, segurança e projeção internacional.